

# Congresso derruba vetos e aprova aumento de 170%

Minutos depois de o presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), ter lido, para o plenário, um bilhete em que o presidente José Sarney nega ter feito críticas ao Legislativo, foram derrubados ontem à tarde cinco vetos presidenciais. Os projetos mantidos pelo Congresso, que na semana passada rejeitou a elevação do salário mínimo para Cz\$ 139,00, concedem gratificações de até 170 por cento sobre a remuneração básica dos servidores do Judiciário — e de até 285 por cento para as categorias funcionais de nível médio do Ministério Público da União.

Ao votar contra os vetos, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), afirmou ter sido decisiva para seu posicionamento uma conversa mantida com o ex-procurador-geral da República Sepúlveda Pertence. As gratificações extraordinárias, que passam a ser incorporadas aos vencimentos, beneficiam os funcionários da secretaria do Tribunal de Justiça e dos escritórios judiciais do Distrito Federal e dos Territórios; do Tribunal Federal de Recursos; da Justiça do Trabalho; da Justiça Eleitoral; do Superior Tribunal Militar e das auditorias da Justiça Militar e ainda do Ministério Público da União.

Os congressistas garantiram quorum elevado durante toda a votação da matéria. A rejeição de vetos, que exige 248 votos de deputados e 38 de senadores, em sessão conjunta, contou, desde o início, com a presença de cerca de 340 representantes da Câmara e de 50 do Senado.



*Na reunião realizada no Congresso, os moderados decidiram partir para o "corpo-a-corpo"*